

Linha Amarela S.A. - LAMSA

*Demonstrações Financeiras referentes o
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

31 de dezembro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linha Amarela S.A. – LAMSA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.164	5.524
Aplicação financeira	5	3.370	5.693
Contas a receber	6	13.101	12.211
Debêntures	9	12.848	8.734
Partes relacionadas	9	5.231	5.716
Despesas antecipadas		2.203	1.882
Indenizações de seguros		7.763	3.507
Instrumentos financeiros derivativos	22.g.	2.766	-
Outros créditos		596	960
Total do ativo circulante		<u>54.042</u>	<u>44.227</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	133.828	146.676
Depósitos judiciais	8	3.051	2.882
Investimento		-	145
Imobilizado	10	25.855	20.925
Intangível	11	359.437	320.687
Total do ativo não circulante		<u>522.171</u>	<u>491.315</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>576.213</u></u>	<u><u>535.542</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.181	830
Empréstimos e financiamentos	12	11.701	-
Debêntures	13	32.227	22.064
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.a.	18.163	18.506
Obrigações trabalhistas		5.425	5.654
Partes relacionadas	9	1.249	1.211
Total do passivo circulante		<u>72.946</u>	<u>48.265</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	44.565	-
Debêntures	13	335.696	367.923
Provisão para riscos	14	534	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b.	4.488	3.897
Total do passivo não circulante		<u>385.283</u>	<u>372.325</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	54.118	54.118
Reservas de lucros		10.824	10.824
Dividendos adicionais		53.042	50.010
Total do patrimônio líquido		<u>117.984</u>	<u>114.952</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>576.213</u></u>	<u><u>535.542</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida de serviços	16	272.228	260.156
Receita de construção	16	42.876	1.212
RECEITA LÍQUIDA		<u>315.104</u>	<u>261.368</u>
Custo dos serviços prestados	17	(61.034)	(65.265)
Custos de construção	17	<u>(42.534)</u>	<u>(1.203)</u>
LUCRO BRUTO		<u>211.536</u>	<u>194.900</u>
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(23.473)	(29.064)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	17	<u>(153)</u>	<u>171</u>
Total		<u>(23.626)</u>	<u>(28.893)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	18	23.430	17.356
Despesas financeiras	18	<u>(50.980)</u>	<u>(39.099)</u>
Total		<u>(27.550)</u>	<u>(21.743)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		160.360	144.264
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.d	(50.843)	(48.767)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	<u>(590)</u>	<u>335</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>108.927</u>	<u>95.832</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	19	<u>0,699</u>	<u>0,615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>108.927</u>	<u>95.832</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>108.927</u></u>	<u><u>95.832</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros legal	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendo adicional	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		54.118	10.824	-	37.877	102.819
Dividendos pagos por ação (R\$ 0,2431 por ação)	15.c	-	-	-	(37.877)	(37.877)
Dividendos antecipados por ação (R\$ 0,2941 por ação)	15.c	-	-	(45.822)	-	(45.822)
Lucro líquido do exercício		-	-	95.832	-	95.832
Destinação:						
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,3210 por ação)	15.c	-	-	(50.010)	50.010	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		54.118	10.824	-	50.010	114.952
Dividendos pagos por ação (R\$ 0,3210 por ação)	15.c	-	-	-	(50.010)	(50.010)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	(2.702)	-	(2.702)
Dividendos antecipados por ação (R\$ 0,3587 por ação)	15.c	-	-	(53.183)	-	(53.183)
Lucro líquido do exercício		-	-	108.927	-	108.927
Destinação:						
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,3405 por ação)	15.c	-	-	(53.042)	53.042	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		54.118	10.824	-	53.042	117.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		160.360	144.264
Ajustes:			
Margem de construção		(342)	(9)
Depreciação e amortização		6.805	21.802
Prejuízo baixa de bens do imobilizado, intangível e investimento		260	56
Provisão para riscos		29	(10)
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		29.472	22.552
Ajuste de operações de Hedge	22.g.	(2.766)	-
			-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(890)	(1.073)
Impostos correntes a recuperar	7.a.	-	5.322
Despesa antecipada		(321)	(762)
Indenização de seguros		(4.256)	(2.415)
Partes relacionadas	9	523	(2.165)
Outros créditos		364	(243)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.369	(753)
Impostos, taxas e contribuições		(4.059)	(13.458)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(48.129)	(29.301)
Obrigações trabalhistas		(229)	101
Outras obrigações		-	(717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>138.190</u>	<u>143.191</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação Financeira		4.367	6.904
Recebimento de principal sobre debêntures	9	7.494	-
Recebimento de juros sobre debêntures	9	17.855	-
Aquisição de imobilizado	10	(7.457)	(14.466)
Aquisição de intangível	11	(40.819)	(4.582)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(18.560)</u>	<u>(12.144)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	49.500	-
Pagamento de debêntures	13	(18.798)	-
Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos	13	(44.800)	(38.961)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	15.c.	(104.892)	(90.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(118.990)</u>	<u>(129.662)</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>640</u>	<u>1.385</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5.524	4.139
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>6.164</u>	<u>5.524</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>640</u>	<u>1.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		339.439	283.986
Prestação de serviço	16	298.366	285.003
Receita de construção	16	42.876	1.212
Provisão para devores duvidosos		(1.833)	(2.400)
Outras receitas		30	171
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(84.152)	(42.306)
Custos de serviços prestados		(23.073)	(21.339)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(18.240)	(19.303)
Perda de valores ativos		-	(461)
Custo de construção	17	(42.534)	(1.203)
Outros		(305)	-
Valor adicionado bruto		<u>255.287</u>	<u>241.680</u>
Retenções	10 e 11	(6.805)	(21.802)
Depreciação e amortização		(6.805)	(21.802)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>248.482</u>	<u>219.878</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	23.430	17.356
Valor adicionado total a distribuir		<u>271.912</u>	<u>237.234</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>271.912</u>	<u>237.234</u>
Pessoal e encargos		28.265	23.886
Remuneração direta		21.484	17.545
Benefícios		5.571	4.870
FGTS		1.174	1.458
Outros		36	13
Impostos, taxas e contribuições		83.191	78.163
Federais		67.468	63.246
Municipais		15.248	14.445
Estaduais		475	472
Remuneração capital de terceiros		51.529	39.353
Juros		48.300	39.047
Aluguéis		681	306
Outros		2.548	-
Remuneração de capital próprio		108.927	95.832
Lucros retidos		53.042	50.010
Dividendos		55.885	45.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil foi constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037 conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detem a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito de sazonalidade devido à característica da via, passando em média pela praça de pedágio cerca de 140 mil veículos por dia.(*)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$18.904 (capital circulante líquido negativo de R\$4.038 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e financiamento, respectivamente, no curto prazo junto ao banco Itaú nos montantes de R\$32.227 e R\$11.701, para execução de seus investimentos, sendo o principal revitalização de obras de artes especiais da via.

A Administração, baseada nos orçamentos estima que o fluxo de caixa das operações será suficiente para cumprir com os compromissos de curto prazo.

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 30 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil – BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.1. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) – Receitas. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.6. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.16. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.17. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.18. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.19. A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, sendo os detalhes apresentados conforme abaixo:

Alteração IAS 12	Imposto de Renda
Alteração IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes ²
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil ³
Modificações à IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto ¹
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação ¹
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis ¹
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29	Agricultura: Plantas portadoras ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação ¹
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016, com adoção antecipada permitida.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018, com adoção antecipada permitida.

³ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2019, com adoção antecipada permitida.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-“E”.

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), estimada em R\$62.850, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se entendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição.
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira.
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende.
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho.
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha.
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha.
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno.
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos.
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajuste da tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa é ajustada anualmente no 1º dia de cada ano. No dia 04 de janeiro de 2015 ocorreu o reajuste contratual da tarifa.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	2.005	3.090
Certificado de depósitos bancários - CDB	<u>4.159</u>	<u>2.434</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.164</u>	<u>5.524</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 95% do CDI.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média	Indexador CDI/IPCA	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimento CAIXA Mover	100,40%	/SELIC	nov/26(*)	3.370	5.693
Letras financeiras do tesouro				1.025	223
Certificados de Depósito Bancário - CDB				1.036	796
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				84	53
Debêntures				1.225	4.621

- (a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, o METROBARRA, a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”), a Linha Amarela S.A. (“LAMSA”) e a Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”).

(*) Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Pedágio eletrônico(a)	13.080	12.183
Vale pedágio	<u>21</u>	<u>28</u>
	<u>13.101</u>	<u>12.211</u>

- (a) Receita de pedágio apurada pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. Em 31 de dezembro de 2015 não havia valores vencidos no contas a receber da Companhia referentes a esta modalidade de cobrança, seu prazo médio de recebimento é de 40 dias.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

- a) Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	15.052	15.751
PIS e COFINS	986	928
Imposto sobre serviço - ISS	1.461	1.348
IRRF e CSRF	457	287
INSS retido de terceiros	<u>207</u>	<u>192</u>
Total	<u>18.163</u>	<u>18.506</u>

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Provisão para riscos	184	172	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisões não dedutíveis temporárias	782	269	Expectativa de realização conforme pagamento.
Participação nos lucros e resultados	730	1.021	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados da CIA.
Variação cambial não realizada	(941)	-	Expectativa de realização conforme pagamento das Invoices
Outros	(116)	-	Expectativa de realização conforme amortização do Intangível.
Amortização de Direito de Concessão (*)	(2.491)	(2.605)	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
Margem de Construção(*)	<u>(2.635)</u> <u>(4.487)</u>	<u>(2.754)</u> <u>(3.897)</u>	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
Impostos diferidos - Ativo	1.696	1.462	
Impostos diferidos - Passivo	(6.183)	(5.359)	

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, são constituídos sobre a margem de construção e amortização do direito de concessão e são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$19 pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2015</u>
2016	1.530
2017	18
2018	18
2019	18
2020 a 2022	54
2023 a 2025	<u>58</u>
	<u>1.696</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	160.360	144.265
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(54.522)	(49.050)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes	(474)	(808)
Exclusões permanentes	2.273	168
Outros	<u>1.290</u>	<u>1.258</u>
Total dos impostos no resultado	(51.433)	(48.432)
IR e CSLL correntes	(50.843)	(48.767)
IR e CSLL diferidos	(590)	335

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Civil	91	91
Tributário	2.799	2.630
Trabalhista	<u>161</u>	<u>161</u>
Total	<u>3.051</u>	<u>2.882</u>

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Nota de débito (a)	13	-	1.198	-	(6.673)
INVEPAR	Dividendos	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito	41	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	6	-	-	-	-
PEX	Contas a receber / Contas a pagar (b)	4.674	-	51	-	-
LAMSAC	Nota de débito	464	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de débito	33	-	-	-	-
METRÔRIO	Debênture (c)	<u>12.848</u>	<u>133.828</u>	-	<u>16.615</u>	-
	Total	<u>18.079</u>	<u>133.828</u>	<u>1.249</u>	<u>16.615</u>	<u>(6.673)</u>

31/12/2014						
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Nota de débito (a)	46	-	836	44	(8.151)
CART	Nota de débito	118	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	41	-	-	148	-
PEX	Contas a receber / Contas a pagar (b)	5.025	-	375	-	-
LAMSAC	Nota de débito	363	-	-	363	-
Via 040	Nota de débito	90	-	-	90	-
METRÔRIO	Nota de débito	33	-	-	33	-
METRÔRIO	Debênture (c)	<u>8.734</u>	<u>146.676</u>	-	<u>15.546</u>	-
	Total	<u>14.450</u>	<u>146.676</u>	<u>1.211</u>	<u>16.180</u>	<u>(8.151)</u>

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) O saldo de contas a receber é basicamente composto por R\$4.674 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.025 em 31 de dezembro de 2014) junto à parte relacionada PEX S.A., empresa controlada pela Invepar. Tal saldo a receber se refere à cobrança automática de pedágios (“Passe Expresso”), em que o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago, sendo esse serviço prestado pela PEX S.A.. O prazo médio de recebimento é de 40 dias e não há cobrança de taxa de administração pelo serviço prestado. O saldo do contas a pagar é composto por R\$51 em 31 de dezembro de 2015 (R\$375 em 31 de dezembro de 2014), referente à repasse de créditos de usuários.

(c) Debêntures:

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170 da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A - MetrôRio, empresa controlada pela Invepar.

As Debêntures emitidas pela LAMSA farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de maio e novembro, e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme previsto contratualmente). O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão. O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027.

Descrição	31/12/2014	Principal amortizado	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2015
Ativo circulante						
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>8.734</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>12.848</u>	<u>12.848</u>
	<u>8.734</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>12.848</u>	<u>12.848</u>
Ativo não circulante						
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>146.676</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(12.848)</u>	<u>133.828</u>
	<u>146.676</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(12.848)</u>	<u>133.828</u>
Total debêntures	<u>155.410</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>—</u>	<u>146.676</u>

Descrição	31/12/2013	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2014
Ativo circulante					
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>1.226</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>7.494</u>	<u>8.734</u>
	<u>1.226</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>7.494</u>	<u>8.734</u>
Ativo não circulante					
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>154.170</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(7.494)</u>	<u>146.676</u>
	<u>154.170</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(7.494)</u>	<u>146.676</u>
Total de debêntures	<u>155.396</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>—</u>	<u>155.410</u>

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$1.034 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.207 em 31 de dezembro de 2014).

<u>Composição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pró-labore	573	742
Encargos	153	148
Bônus	193	178
Outros benefícios de curto prazo	<u>115</u>	<u>139</u>
Total	<u>1.034</u>	<u>1.207</u>

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.162.

10. IMOBILIZADO

		<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo							
Etiquetas eletrônicas	20		274	-	-	-	274
Instalações	10		3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10		12.035	226	(114)	(27)	12.120
Móveis e utensílios	10		1.072	440	(237)	22	1.297
Veículos	20		4.961	80	(241)	-	4.800
Benfeitorias	4		3.608	1	-	-	3.609
Equipamentos de informática	20		3.835	512	(199)	54	4.202
Imobilizado em andamento			<u>6.761</u>	<u>6.367</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>13.079</u>
			<u>36.105</u>	<u>7.626</u>	<u>(791)</u>	<u>-</u>	<u>42.940</u>
Depreciação							
Etiquetas eletrônicas			(203)	(20)	-	-	(223)
Instalações			(2.630)	(214)	-	-	(2.844)
Máquinas e equipamentos			(4.977)	(1.103)	92	24	(5.964)
Móveis e utensílios			(670)	(76)	234	4	(508)
Veículos			(2.779)	(629)	155	-	(3.253)
Benfeitorias			(930)	(144)	-	-	(1.074)
Equipamentos de informática			<u>(2.991)</u>	<u>(395)</u>	<u>194</u>	<u>(28)</u>	<u>(3.219)</u>
			<u>(15.180)</u>	<u>(2.581)</u>	<u>675</u>	<u>-</u>	<u>(17.085)</u>
Imobilizado líquido			<u>20.925</u>	<u>5.045</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>25.855</u>
Taxas anuais de depreciação %							
			<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo							
Etiquetas eletrônicas	20		274	-	-	-	274
Instalações	10		3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10		10.652	270	(1)	1.114	12.035
Móveis e utensílios	10		1.025	48	(1)	-	1.072
Veículos	20		4.913	525	(477)	-	4.961
Benfeitorias	4		3.281	318	-	9	3.608
Equipamentos de informática	20		3.656	169	(30)	40	3.835
Imobilizado em andamento			<u>4.623</u>	<u>3.301</u>	<u>-</u>	<u>(1.163)</u>	<u>6.671</u>
			<u>31.983</u>	<u>4.631</u>	<u>(509)</u>	<u>-</u>	<u>36.105</u>
Depreciação							
Etiquetas eletrônicas			(181)	(22)	-	-	(203)
Instalações			(2.179)	(451)	-	-	(2.630)
Máquinas e equipamentos			(3.909)	(1.070)	2	-	(4.977)
Móveis e utensílios			(591)	(80)	1	-	(670)
Veículos			(2.518)	(682)	421	-	(2.779)
Benfeitorias			(794)	(136)	-	-	(930)
Equipamentos de informática			<u>(2.639)</u>	<u>(381)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>(2.991)</u>
			<u>(12.811)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>453</u>	<u>-</u>	<u>(15.180)</u>
Imobilizado líquido			<u>19.172</u>	<u>1.809</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>20.925</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado.

A Companhia não possui ativos dados em garantia nas operações de financiamento.

11. INTANGÍVEL

	<u>Prazo de vida útil</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo					
Software	5 anos	5.986	98	-	6.084
Sistema automatizado	10 anos	254	-	-	254
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	461.681	1.645	5.326	468.652
Intangível em construção (*)		<u>17.823</u>	<u>41.231</u>	<u>(5.326)</u>	<u>53.728</u>
		<u>485.744</u>	<u>42.974</u>	<u>-</u>	<u>528.718</u>
Amortização					
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(4.645)	(484)	-	(5.129)
Direitos de concessão		<u>(160.412)</u>	<u>(3.740)</u>	<u>-</u>	<u>(164.152)</u>
		<u>(165.057)</u>	<u>(4.224)</u>	<u>-</u>	<u>(169.281)</u>
Intangível líquido		<u>320.687</u>	<u>38.750</u>	<u>-</u>	<u>359.437</u>

	<u>Prazo de vida útil</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2014</u>
Intangível - custo				
Software	5 anos	5.776	210	5.986
Sistema automatizado	10 anos	254	-	254
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	459.760	1.921	461.681
Intangível em construção (*)		<u>5.346</u>	<u>12.477</u>	<u>17.823</u>
		<u>471.136</u>	<u>14.608</u>	<u>485.744</u>
Intangível -amortização				
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(4.370)	(275)	(4.645)
Direitos de concessão		<u>(141.707)</u>	<u>(18.705)</u>	<u>(160.412)</u>
		<u>(146.077)</u>	<u>(18.980)</u>	<u>(165.057)</u>
Intangível líquido		<u>325.059</u>	<u>(4.372)</u>	<u>320.687</u>

(*) A adição do intangível em construção refere-se com maior relevância a revitalização de obras de artes especiais. A transferência realizada entre Intangível em construção para Direitos de concessão realizada nesta competência foi referente à construção de novo prédio administrativo e modernização do prédio existente.

Em 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas indicações de intangíveis em custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A Companhia não possui intangíveis dados em garantia nas operações de financiamento.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2015		
					Circulante	Não circulante	Total
Itaú	USD	3,298%	07/08/2018	4,236%	11.931	44.735	56.666
Custo de captação					(230)	(170)	(400)
Total					<u>11.701</u>	<u>44.565</u>	<u>56.266</u>

Descrição	31/12/2014	Captações	Variação cambial	Juros Incorridos	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2015
Passivo circulante								
Itaú	-	-	748	738	-	-	10.445	11.931
Custos a amortizar	-	-	-	-	(330)	100	-	(230)
	-	-	<u>748</u>	<u>738</u>	<u>(330)</u>	<u>100</u>	<u>10.445</u>	<u>11.701</u>
Passivo não circulante								
Itaú	-	50.000	5.180	-	-	-	(10.445)	44.735
Custos a amortizar	-	-	-	-	(170)	-	-	(170)
	-	<u>50.000</u>	<u>5.180</u>	-	<u>(170)</u>	-	<u>(10.445)</u>	<u>44.565</u>
Total de empréstimos e financiamentos	-	<u>50.000</u>	<u>5.928</u>	<u>738</u>	<u>(500)</u>	<u>100</u>	-	<u>56.266</u>

Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início 3,4915 equivalente a R\$50.000. O empréstimo terá remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorrerá em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

Durante o prazo de vigência do empréstimo será considerado um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) Dívida Líquida/ EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (2) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Cláusulas restritivas

<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
Empréstimo (Itaú BBA)	ICSD DL/EBITDA	$\geq 1,3$ ≤ 2	Anual Trimestral

13. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrôRio) e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiador. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao MetrôRio são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na nota 9.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados*</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	<u>22.064</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(44.800)</u>	<u>41.534</u>	<u>32.227</u>	<u>32.227</u>
	<u>22.064</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(44.800)</u>	<u>41.534</u>	<u>32.227</u>	<u>32.227</u>
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	<u>367.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.227)</u>	<u>335.696</u>
	<u>367.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.227)</u>	<u>335.696</u>
Total debêntures	<u>389.987</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(44.800)</u>	<u>41.534</u>	<u>-</u>	<u>367.923</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Juros amortizados</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante					
Debêntures CEF	<u>3.424</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>18.799</u>	<u>22.064</u>
	<u>3.424</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>18.799</u>	<u>22.064</u>
Passivo não circulante					
Debêntures CEF	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.799)</u>	<u>367.923</u>
	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.799)</u>	<u>367.923</u>
Total debêntures	<u>390.146</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>-</u>	<u>389.987</u>

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida/ EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral*

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas foram atendidas.

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Riscos prováveis

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	434	37	(316)	155
Cíveis	<u>71</u>	<u>342</u>	<u>(34)</u>	<u>379</u>
Total	<u>505</u>	<u>379</u>	<u>(350)</u>	<u>534</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	345	121	(32)	434
Cíveis	<u>170</u>	<u>110</u>	<u>(209)</u>	<u>71</u>
Total	<u>515</u>	<u>231</u>	<u>(241)</u>	<u>505</u>

Riscos possíveis

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda como se segue:

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	1.264	721
Cíveis	5.159	3.475
Tributárias	2.015	1.915
Administrativo	<u>22</u>	<u>21</u>
Total	<u>8.460</u>	<u>6.132</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, conforme detalhado na nota explicativa 8.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

d) Riscos administrativos

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva de lucros - legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824, já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

Em 19 de agosto de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$53.183 referente a dividendos e R\$2.702 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 30 de junho de 2015. Nessa mesma data o montante de R\$35.388 dividendos foram pagos.

No dia 03 de setembro de 2015 o montante de R\$15.000 dividendos foram pagos.

No dia 11 de setembro de 2015 o montante de R\$2.702 referente a juros sobre capital próprio e R\$2.795 referente a dividendos foram pagos.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2015, foi apurado como dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$27.232 (31 de dezembro de 2014 R\$23.958), como os dividendos e JSCP antecipado já superam esse montante, a administração optou por destinar o restante do resultado para dividendo adicional proposto.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	108.927	95.832
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>27.232</u>	<u>23.958</u>
Dividendos e JSCP intermediários antecipados	55.885	45.822
Dividendos adicionais a distribuir	25.810	26.052

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita bruta de pedágio	298.366	285.003
Receita de construção	42.876	1.212
Impostos sobre serviços	<u>(26.318)</u>	<u>(24.847)</u>
Receita operacional líquida	<u>315.104</u>	<u>261.368</u>

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal e encargos	(33.341)	(28.090)
Conservação e manutenção	(15.791)	(15.524)
Comunicação, marketing e publicidade	(219)	(114)
Seguros e garantias	(1.833)	(1.639)
Serviços de terceiros	(5.114)	(4.668)
Veículos	(927)	(866)
Consultoria e assessoria	(1.019)	(996)
Aluguéis	(682)	(306)
Impostos e taxas	(1.054)	(427)
Energia elétrica	(3.255)	(1.958)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(1.833)	(2.400)
Serviços compartilhados	(6.673)	(8.151)
Depreciação e amortização	(6.805)	(21.802)
Custo de construção	(42.534)	(1.203)
Outros	<u>(6.114)</u>	<u>(7.217)</u>
	<u>(127.194)</u>	<u>(95.361)</u>
Custo de serviços prestados	(61.034)	(65.265)
Despesas gerais e administrativas	(23.473)	(29.064)
Outras receitas e despesas operacionais	(153)	171
Custo de construção	<u>(42.534)</u>	<u>(1.203)</u>
	<u>(127.194)</u>	<u>(95.361)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Descontos obtidos	36	23
Juros sobre aplicações financeiras	2.044	1.608
Operações de <i>Hedge</i>	2.766	-
Variação monetária ativa	209	179
Variação cambial ativa	1.760	-
Juros sobre debêntures	<u>16.615</u>	<u>15.546</u>
Total receitas financeiras	<u>23.430</u>	<u>17.356</u>
Comissões e despesas bancárias	(159)	(169)
Variações cambiais passivas	(7.696)	(12)
Juros passivos	(691)	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	(42.272)	(38.802)
Outros	<u>(232)</u>	<u>(116)</u>
Total despesas financeiras	<u>(50.980)</u>	<u>(39.099)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>27.550</u>	<u>(21.743)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015			31/12/2014		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	36.305	72.622	108.927	31.941	63.891	95.832
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	<u>51.927</u>	<u>103.855</u>	<u>155.782</u>	<u>51.927</u>	<u>103.855</u>	<u>155.782</u>
Resultado básico e diluído por ações (em reais – R\$)	<u>0,699</u>	<u>0,699</u>		<u>0,615</u>	<u>0,615</u>	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui instrumentos diluidores.

20. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia	18.160	18/12/15 a 18/12/16	Austral
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/15 a 01/08/16	Allianz
Riscos operacionais	250.000	01/08/15 a 01/08/16	Bradesco
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/09/15 a 29/09/16	BB

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$170	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	04/03/2016
Arjo	Segurança	R\$106	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

<u>Instrumentos financeiros</u>	31/12/2015		31/12/2014	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6.164	-	5.524	-
Aplicação financeira	3.370	-	5.693	-
Créditos a receber	-	13.101	-	12.211
Parte relacionada	-	5.231	-	5.716
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2.766</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>12.289</u>	<u>18.332</u>	<u>11.217</u>	<u>17.927</u>
Passivos				
Fornecedores	-	4.181	-	830
Parte relacionada	-	1.249	-	1.211
Empréstimos e financiamentos	-	56.266	-	-
Debêntures	<u>-</u>	<u>367.923</u>	<u>-</u>	<u>389.987</u>
Total do passivo	<u>-</u>	<u>429.619</u>	<u>-</u>	<u>392.028</u>

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	13,88%	10,41%	6,94%
DI passivo (% ao ano)	13,88%	17,35%	20,82%
TR ativo (% ao ano)	1,96%	1,47%	0,98%
TR passivo (% ao ano)	1,96%	2,45%	2,94%
SELIC (% ao ano)	14,00%	10,50%	7,00%
IPCA (% ao ano)	7,69%	5,77%	3,85%
Taxa de Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$4,50	R\$5,63	R\$6,75

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa	DI	4.159	577	433	289
<u>Aplicações Financeiras</u>					
<u>Fundo mover</u>					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	1.025	144	108	72
Títulos públicos federais - NTN	IPCA	84	6	5	3
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.036	144	108	72
Debêntures	DI	1.225	170	128	85
Debêntures MetrôRio a receber	TR	146.676	2.875	2.156	1.437
<u>Passivo financeiro</u>					
Debêntures CEF	TR	367.923	7.211	9.014	10.817
SWAP - Itaú	DI	2.766	384	288	192
Empréstimos - Itaú	DI	56.266	7.865	9.832	11.798

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos no exterior.

g) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui operações com característica de *hedge*.

<u>Operação</u>	<u>Ativo/passivo</u>	<u>Entidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>	<u>Curva diferencial a receber/ (pagar)</u>	<u>31/12/2015 Valor justo diferencial a receber/ (pagar)</u>
Swap	USD/CDI	Itaú	07/08/2018	50.000	57.479	54.713	3.660	<u>2.766</u>
						Ativo circulante		<u>2.766</u>

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Saldo inicial</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado financeiramente (Fornecedores)	<u>2.164</u>	<u>182</u>

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro a Lei nº 5.980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio, nas vias públicas municipais, os condutores de veículos que transitarem no intervalo de duas horas. Veículos comerciais e táxis não se enquadram na nova lei.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

A concessionária passou a cumprir a Lei nº 5.980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio desde a sua publicação até a suspensão da mesma através da liminar deferida em 22 de janeiro de 2016 nos autos do mandado de segurança n.º 0010869-58.2016.8.19.0001. A Câmara Municipal interpôs recurso no qual foi dado efeito suspensivo a liminar, voltando a Lei a vigorar em 11 de fevereiro de 2016. Em 01 de março de 2016 foi concedida Tutela Antecipada nos autos da Ação Ordinária sob nº 0060848-86.2016.8.19.0001 interposta pela LAMSA, suspendendo os efeitos da Lei novamente. A Tutela se encontra em vigor até a presente data.

Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. sob o amparo da Lei nº 4.131 no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início \$3,64 equivalente a R\$50.000.